



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPrensa Nacional de Moçambique

A V I S O

A matéria a publicar no «**Boletim da República**» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «**Boletim da República**.»

SUMÁRIO

Ministério das Pescas:

Diploma Ministerial n.º 49/2007:

Aprova o Regulamento-Tipo de Funcionamento dos Comitês de Co-Gestão de Pesca.

Ministérios dos Transportes e Comunicações e das Finanças:

Diploma Ministerial n.º 50/2007:

Define a percentagem destinada ao INAV, sobre as receitas referidas nas alíneas *a*) e *c*) do n.º 1 do artigo 31, e no cumprimento das competências atribuídas pelo n.º 3 do artigo 31 do Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Viação.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Diploma Ministerial n.º 49/2007

de 24 de Maio

A Lei n.º 3/90, de 26 de Setembro, Lei das Pescas, define o quadro geral regulador da acção da administração Pesqueira e das actividades dos agentes económicos.

O Decreto n.º 43/03, de 10 de Dezembro, que aprova o Regulamento Geral da Pesca Marítima define, no seu n.º 3 do artigo 15, que o Comité de Co-Gestão faz parte do fórum do sistema de gestão participativa dos recursos pesqueiros onde todos os grupos de interesse se encontram representados.

Havendo necessidade de garantir o funcionamento dos Comitês de Co-Gestão de Pesca, nos termos do n.º 3 do artigo 18, do supracitado Decreto determino:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento-Tipo de Funcionamento dos Comitês de Co-Gestão de Pesca, que é parte integrante deste Diploma Ministerial.

Artigo 2. As dúvidas que surgirem na aplicação do Regulamento-Tipo, ora aprovado, serão sanadas por despacho do Ministro das Pescas.

Artigo 3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor sessenta dias depois da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 10 de Fevereiro de 2007.
— O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutemba*.

Regulamento-Tipo do Comité de Co-Gestão de Pesca

ARTIGO 1

(Natureza)

1. O Comité de Co-Gestão de Pesca (CCG) é um fórum consultivo da autoridade local de administração pesqueira.

2. O Comité de Co-Gestão de Pesca pronuncia-se sobre matérias de interesse e do âmbito da preservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias.

ARTIGO 2

(Competência)

São competências do CCG, emitir pareceres e recomendações sobre matérias relativas à gestão das pescarias, entre outros, sobre:

- a) A fixação dos períodos de veda e de defeso;
- b) As artes de pesca utilizadas;
- c) A protecção de espécies em extinção, da zona costeira e do ambiente marinho;
- d) As propostas de legislação pesqueira;
- e) A prospecção, a pesca experimental e as acções de extensão pesqueira;
- f) O licenciamento da pesca e a fixação das respectivas taxas;

- g) As propostas de projectos de desenvolvimento das pescas;
- h) Os conflitos de pesca;
- i) A fiscalização da pesca;
- j) A comercialização e escoamento do pescado;
- k) A aquacultura e a inspecção de pescado.
- l) Propostas de planos de ordenamento e desenvolvimento das pescas.

ARTIGO 3

(Composição)

1. O CCG tem a seguinte composição:
 - a) Autoridade local de Administração Pesqueira - Presidente
 - b) Representantes dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCP);
 - c) Representantes dos Armadores de Pesca;
 - d) Representante da Investigação Pesqueira;
 - e) Representante da Extensão Pesqueira;
 - f) Representante da Inspecção do Pescado;
 - g) Representante da Autoridade Marítima;
 - h) Representante dos Processadores de Pescado;
 - i) Representante dos Comerciantes de produtos da pesca.
2. O Chefe de Departamento de Administração Pesqueira Provincial será o Secretário do CCG.
3. O Presidente poderá, tendo em consideração a agenda de trabalhos, convidar outras entidades a participar nas sessões do CCG.

ARTIGO 4

(Funções do Presidente)

São funções do Presidente:

- a) Convocar as sessões do CCG;
- b) Elaborar a proposta de agenda e programa da sessão;
- c) Proceder à distribuição atempada da convocatória e de toda a documentação relativa às sessões;
- d) Dirigir e coordenar os trabalhos;
- e) Assinar e mandar distribuir a correspondência relativa a cada sessão.

ARTIGO 5

(Funções do Secretário)

São funções do Secretário:

- a) Elaborar as actas das sessões;
- b) Proceder ao controlo de presenças às sessões.

ARTIGO 6

(Sessões do CCG)

1. O CCG será convocado, pelo Presidente, por escrito, com 15 (quinze) dias de antecedência relativamente à data da sua realização;
2. O CCG tem quórum sempre que mais do que um CCP estiver representado na sessão.
3. Não havendo quórum o CCG deverá reunir-se 30 dias obedecendo ao mesmo critério relativamente ao quórum.

4. As sessões do CCG têm um carácter consultivo e delas são emanadas recomendações, tomadas por consenso.

5. Não havendo consenso, o Presidente ordenará que sejam colocadas as diferentes opiniões em acta sem carácter de recomendações.

ARTIGO 7

(Periodicidade)

1. O CCG reúne-se ordinariamente, uma vez em cada semestre, nos meses de Agosto ou Setembro ou Outubro e Março ou Abril ou Maio.

2. O CCG reúne-se, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou a pedido de pelo menos, 2/3 dos seus membros, ou a pedido de mais de que um dos CCP's representados no CCG.

ARTIGO 8

(Actas das sessões)

1. No final de cada sessão do CCG será produzida uma acta de conclusões e recomendações que será dada a conhecer aos membros.

2. As actas terão um número de ordem sequencial e identificativo do CCG

ARTIGO 9

(Responsabilidade dos membros)

1. Os representantes que participam nas sessões do CCG vinculam a instituição que representam.

2. A não participação nas sessões do CCG não isenta o cumprimento das recomendações que vierem a ser adoptadas por quem tiver essa competência.

ARTIGO 10

(Custos das sessões)

1. As despesas relacionadas com a participação do membro nas sessões do CCG serão da responsabilidade da instituição que representa.

2. A Autoridade Local de Administração Pesqueira poderá, em casos especiais, suportar as despesas relativas à participação dos representantes dos CCP, nas sessões do CCG.

ARTIGO 11

(Articulação com a CAP)

1. Das conclusões e recomendações saídas das sessões dos CCG sobre pescarias de âmbito nacional será dado conhecimento a CAP para a respectiva apreciação.

2. O Secretário do CCG remeterá a Acta dez dias depois da sessão à Direcção Nacional de Administração Pesqueira para que a mesma possa ser apreciada na CAP.

MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DAS FINANÇAS

Diploma Ministerial n.º 50/2007

de 24 de Maio

Tornando-se necessário definir a percentagem destinada ao INAV, sobre as receitas referidas nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 31 e no cumprimento das competências atribuídas pelo